Sindicatári

Jornal do Sindicato dos Empregados em Entidades Sindicais e Órgãos de Classe no RS • Maio de 2013 • N. 4

Arte: Leandro Dóro

IGUALDADE DE DIREITOS

Conselho Nacional de Justiça determina que cartórios realizem casamento entre pessoas do mesmo sexo

Entidades que lutam pelos direitos de homossexuais dizem que o país ainda tem muito a avançar

Página 3

Todas as lutas do sindicato

O Sindisindi-RS usa como slogan "Nossa luta são todas as lutas". Isso porque o sindicato se envolve, prioritariamente, claro, com as questões dos sindicatários, salariais e de trabalho, mas também do movimento sindical como um todo. Nesta edição, foi impossível mostrar todas as frentes nas quais o Sindisindi-RS esteve, mas foi traçado um panorama de algumas das principais atividades, sem contar as muitas campanhas salariais em todo o estado, as várias reuniões com as direções dos sindicatos, sempre no intuito de negociar os melhores acordos para a categoria sindicatária. Página 5

■ **13 de maio: a revolução abolicionista**
Página 2

■ **O que é a desaposentadoria**
Página 4

■ **Sindicalizados do Sintrajufe são destaque**
Página 6

O mês dos trabalhadores

Maio é, certamente, um dos meses mais importantes no calendário da classe trabalhadora. Para nós, sindicatários, é mais especial ainda, pois, além do Dia do Trabalhador, em 1º de Maio, temos o 9 de maio dedicado como Dia do Sindicatário. São datas mais do que simbólicas e comemorativas, pois visam também fomentar a reflexão e o debate sobre direitos e reivindicações conquistados e sobre os que ainda precisam ser alcançados. Busca-se nesses dias celebrar e também encontrar meios para difundir a valorização e o reconhecimento dos trabalhadores e sua vital contribuição para um mundo melhor para todos.

Desde 2012, o Sindsindi-RS adotou um novo lema: "Nossa luta são todas as lutas". Isso porque temos a certeza de que a categoria sindicatária está engajada nas mais diversas frentes de batalhas por direitos, reivindicações e conquistas de tantas outras categorias, dos mais variados segmentos. A palavra "luta" provém do latim, *lucta*, que significa "combate", "esforço", "empenho". Atualmente, no universo dos sindicatos, esse combate extrapolou os conflitos entre trabalhadores e patrões, passou a ser um esforço diário e contínuo pela conquista da dignidade humana, pela igualdade dos direitos e oportunidades dos gêneros, pela equidade entre as etnias, pelo respeito ao próximo, independentemente de religião, orientação sexual, idade ou outros diferenciais peculiares à humanidade. Portanto, boa luta a todos!

13 de Maio: a revolução abolicionista

Mário Maestri, professor do Curso de História e do PPGH da UPF

O Brasil foi uma das primeiras nações americanas a instituir e a última a abolir a escravidão. Dos 513 anos de história do Brasil, mais de 350 passaram-se sob o látego negreiro. A Abolição já foi celebrada com vigor e alegria. Sua negação é obra sobretudo do movimento negro organizado que com razão lembra a miséria atual de grande parte do povo negro. Essa visão bem intencionada consolida interpretações caricaturais do 13 de Maio que escamoteiam a essência da revolução abolicionista de 1888.

Celebrar o 13 de Maio não significa reafirmar os mitos da emancipação do negro em 1888 ou de Isabel como Redentora. Significa recuperar a importância da superação da escravidão e da participação dos trabalhadores escravizados naquelas jornadas revolucionárias. O fim do cativeiro deveu-se à massa escravizada, aliada aos abolicionistas radicalizados. Em 13 de maio, a herdeira imperial apenas sancionou lei aprovada pelo Parlamento dos proprietários, lavrando o atestado de óbito de instituição terminal. Foi sobretudo a oposição permanente do cativo ao trabalho feitorizado que construiu as condições que levaram, mais tarde, à destruição da escravidão.

Em 1888, pôs-se fim ao modo de produção escravista colonial. É um anacronismo negar essa realidade devido às condições econômicas, passadas ou atuais, da população negra. Os limites da Abolição eram objetivos. No final da escravidão, a classe servil era categoria em declínio que lutava essencialmente pelos direitos cidadãos, reivindicação que uniu trabalhadores escravizados rurais e urbanos. Em 13 de maio, 700 mil cativos e ventre-livres obtiveram a liberdade civil. O programa abolicionista de modernização e democratização do país continha a distribuição de terras entre os ex-cativos e os pobres. O movimento abolicionista foi desorganizado pelo golpe republicano de novembro de 1889, que entregou o poder às classes proprietárias regionais.

Com o 13 de Maio, superavam-se as diferenças entre trabalhadores livres e escravizados, iniciando-se a história da classe operária como a compreendemos hoje. A revolução abolicionista foi o primeiro grande movimento de massas do Brasil e constitui, até agora, a única revolução social indiscutivelmente vitoriosa no país.

SINDISINDI-RS
Sindicato dos Empregados em Entidades Sindicais e Órgãos de Classe no RS
– Filiado à Fites –

Presidente: José Baptista da Rocha (Cpers/Sindicato)
Vice-presidente: Maria Rachel Cefrin da Silva (Sindipolo)
Secretário-geral (diretor da Administração): Elio Francisco Braun (Cpers/Sindicato)
Diretor adjunto da Administração: Júlio Cesar Angeli (Senergisul)
Diretor das Finanças: João Carlos Nardi Perez (Feticom/RS)
Diretor adjunto das Finanças: Leonio José Bitelo Sperafico (Sind. dos Trab no Transporte Rodoviário/RS)
Diretora de Assuntos da Educação e Política Sindical: Maria Odete Diogo dos Santos (Sintrajufe)
Diretor de Assuntos do Interior: Remo Pires Borba (Sind. Metal. São Leopoldo)
Diretor dos Assuntos Sociais e Culturais: Ricardo Mello Guimaraes (Stimmepa)
Diretor dos Assuntos Trabalhistas e Previdenciários: Clóvis da Costa Hoppe (Sinttel)
Diretor dos Assuntos da Divulgação: Gaspar Osorio Henriques (Sintrajufe)
Diretor dos Assuntos do Patrimônio: Márcio Adriano Apolinário (Semapi)

Suplentes:
Everlete Klein Trisch (Cpers/Sindicato)
Rosane Piamolini (Siticepot)
Paulo Jadir Domingues Faria (Sinttel)
Cassio Henrique Silva da Silva (Cut/Rs)
Adriana Johansson da Silva (Stimmepa)
Marco Antonio da Silva (Sind Metal Canoas)
Joao Abel Miranda Silveira (Assoc. Ferr. Sul Riogr.)
Gládis Eliza Macedo (Sind dos Bancários Poa e Região)
Arleide Baseggio (Sinttel)

Delegados representates:
Efetivos:
José Aldomiro Machado (Sindec)
Ederson Motta Rodrigues (CUT/RS)
Suplentes:
Vera Lucia Goulart da Rosa (Sindiserf)
José Baptista da Rocha (Cpers/Sindicato)

SINDICATÁRIO
Jornal semestral do Sindisindi-RS

Produção gráfica e editorial:
apr comunicação
aprcomunicacao@gmail.com
Jornalistas responsáveis:
Ana Paula Faria e Rosane Vargas

Tiragem: 1.000 exemplares

Sindisindi-RS:
Av. Voluntários da Pátria, 595,
16º andar - Conjunto 1604/1605
Porto Alegre - RS
Telefone: (51) 3224 3249
Fax: (51) 3225.1089
www.sindisindirs.org.br
faleconosco@sindisindirs.org.br

Casamento entre pessoas do mesmo sexo é só mais um passo rumo à cidadania plena

Rosane Vargas, jornalista

Fotos Divulgação

Naiara e Bernardo acreditam que é preciso mudar a cultura para que se efetivem avanços nos direitos humanos

O casamento entre pessoas do mesmo sexo é um daqueles assuntos que geram polêmica, discussões acaloradas e muitas vezes o básico fica fora: direito. É direito de todo cidadão brasileiro não ser discriminado. Quem não concorda pode continuar discordando, mas não pode tirar de outras pessoas o direito à cidadania plena. Simples assim.

O Conselho Nacional de Justiça, no dia 14 de maio, tomou uma decisão que o Congresso adia há anos. Aprovou uma resolução por meio da qual nenhum cartório, no território brasileiro, pode se recusar a registrar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Enquanto os parlamentares têm de dar explicações a seus eleitores, que misturam credos, moralismos e preconceitos com direitos civis, o Judiciário tomou para si a tarefa de fazer valer o que prega a Constituição quanto a igualdade de direitos.

A articuladora regional da Liga Brasileira de Lésbicas, Ana Naiara Malavolta, afirma que a decisão do CNJ "é um avanço sem precedentes no Brasil". No entanto, ressalta atos do que chama de "radicalidade da reação de extrema direita", como o juiz de paz do Rio Grande do Norte que se demitiu alegando que não poderia cumprir a decisão de realizar casamentos gays.

Para Naiara, fica evidente "e não pode mais ser ignorado é que a covardia e omissão do Legislativo nos faz recorrer ao Judiciário que, nesta situação específica, tem pacificado o entendimento de forma favorável aos direitos civis de homossexuais, equiparando-nos aos demais cidadãos/cidadãs heterossexuais. Isso é fazer justiça".

Se a médio prazo o Legislativo talvez não tenha como ignorar uma situação juridicamente estabelecida, como o chamado casamento gay, outros assuntos ainda se arrastam no Congresso Nacional. Um deles é a aprovação de uma lei que criminalize a homofobia. Em 2011, foi aprovado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNLGBT), resultado do esforço conjunto do governo federal e da sociedade civil. São 51 diretrizes e 180 ações, baseadas nas propostas da Iª Conferência Nacional LGBT. A iniciativa faz parte do Programa Brasil sem Homofobia e contempla reivindicações históricas do movimento LGBT organizado. No entanto, concretamente, a violência e a discriminação continuam fazendo parte do cotidiano da população LGBT.

Para o coordenador jurídico da ONG Somos – Comunicação, Saúde e Sexualidade, Bernardo Dall'Omo de Amorim, o que mais preocupa não é quando o projeto de criminalização da homofobia será aprovado, mas como vai ser aprovado. "Direitos humanos são inegociáveis, não podem ser utilizados como joguetes políticos. Um texto de lei que não traz a proteção plena às vítimas de violência pode tornar a lei inócua" afirma. Além disso, Amorim acredita que os governos, em todas as esferas (federal, estaduais, municipais), "pouco ou nada estão fazendo. É um silêncio e uma timidez em se posicionar que preocupa e coloca em xeque a manutenção das defesas e garantias até então conquistadas".

Existe uma reação fundamentalista no mundo inteiro, que ataca não apenas os direitos LGBTs, barrando a criminalização da homofobia e apresentando projetos que propõe a "cura gay", afirma Naiara, que retrocede 20 anos na forma como se vê a homossexualidade. A articuladora da LBL, no entanto, também vê avanços nos direitos sexuais e reprodutivos da mulheres e nos direitos civis das minorias como ciganos, índios, e outros. "Essa vertente de pensamento, ligada a ideia do pensamento religioso único e absoluto, se organiza em países de Primeiro Mundo para influenciar países em desenvolvimento ou periféricos e patrocina a eleição de representantes no Legislativo que possam fazer a publicidade ou defender projetos que sejam de seu interesse, impedindo apresentações ou avanços de propostas que conflituem com suas ideias", afirma.

Na opinião de Naiara, a intolerância desses representantes patrocinados no Congresso Nacional estimula a política do ódio e da reação violenta. Além disso, quando estas ideias são fundamentadas na religião, como no Brasil e na França, os princípios e fundamentos defendidos para que a intolerância religiosa não se manifeste, são usados para, justamente, justificar essa mesma intolerância.

Amorim, por exemplo, diz que o deputado Marcos Feliciano (PSC-SP) ser presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara "é um escárnio no que tange à proteção e à história dos direitos humanos. É um desrespeito por todas as pessoas que morreram, tiveram limitações de direitos ou foram massacradas por regimes ditatoriais e governamentais". Para o advogado, é quando um governo usa a pasta de direitos humanos "como moeda de troca de interesses políticos, diz exatamente o quão desinteressado é com tais direitos". Amorim diz que um presidente de uma Comissão de Direitos Humanos que

Violência em números (jan. a dez. 2011)

- 6.809 violações aos direitos humanos contra a população LGBT
- 1.713 vítimas
- 2.275 suspeitos
- 18,6 violações (média diária)
- 61,9% dos agressores são conhecidos da vítima
- 41,9% das denúncias foram feitas ao Disque 100 pela própria vítima

Perfil das vítimas

- 34% do gênero masculino
- 34,5% do gênero feminino
- 10,6% travestis
- 2,1% de transexuais
- 18,9% não informado

Fonte: Relatório sobre violência homofóbica no Brasil, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

não respeita tais direitos, que ofende negros, homossexuais e demais parcelas da população que orbitam na marginalidade "é a maior afronta que o processo histórico poderia sofrer". No entanto, o coordenador jurídico do Somos espera "que tamanho absurdo traga o povo para o discurso sobre a importância da defesa da proteção e das garantias históricas que estamos perdendo. As manifestações públicas mostram uma conscientização importante", na opinião dele.

Naiara acredita que o saldo é positivo. "Porque, ao discutirmos um assunto, podemos perceber as inconsistências dos argumentos baseados no preconceito e na discriminação, o que faz aumentar a consciência crítica das pessoas."

Segundo relatório divulgado pela Secretaria de Direitos Humanos, ligada à Presidência da República, em abril deste ano, pelo menos 76 países mantêm leis que criminalizam as relações homossexuais – que envolvem lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, que integram o chamado grupo LGBT. Em países da África, como Uganda, defende-se a morte de homossexuais no próprio parlamento. "É uma verdadeira inquisição do século XXI, muito bem representada pela radicalidade do ato de suicídio de um extremista de direita na França no último dia 20 de maio, em protesto à legalização do casamento gay naquele país", lembra Naiara.

No Brasil, a pena de morte não é legal, mas a homofobia leva o preconceito às últimas consequências. O Grupo Gay da Bahia (GGB), mais antiga organização de defesa de homossexuais do Brasil, fundada em 1980, divulgou no início do ano, dados estarrecedores. Em 2012, foram assassinados 338 brasileiros do chamado grupo LGBT. Um crescimento de 27% no número de homicídios na comparação com 2011 (266 casos). Desde 2005 (81 casos), houve um avanço de 317% no número de homicídios contra homossexuais no país. Isso sem contar os espancamentos e a humilhação verbal. De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos, entre janeiro e dezembro de 2011, foram denunciadas 6.809 violações aos direitos humanos contra a população LGBT no Brasil, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos.

Bernardo Dall'Omo Amorim acredita que determinadas regiões (não somente no Brasil) transformam a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos em uma ameaça à vida. "Ainda assim, grupos não se calam, lutam pela garantia de direitos e pela defesa de uma orientação sexual diversa da hegemônica", conclui.

Para ele, "o processo de conscientização e de construções de liberdades é lento e gradual, contando ainda com alguns retrocessos advindos do medo que a própria liberdade impõe". O coordenador jurídico do Somos acredita que talvez seja impossível a manutenção desses direitos sem que se trabalhe com a desconstrução de uma lógica de "certo ou errado" e sem um forte trabalho de educação em direitos sexuais, "confrontando a lógica heteronormativa e biológica das relações".

Os direitos civis de homossexuais são uma questão de direitos humanos e, como tudo em direitos humanos, avançam lentamente, afirma Naiara. Ela concorda que é preciso mudar a cultura de um povo para se efetivarem avanços e isso nunca é fácil. Para ela, "ações como a que faz hoje o Sindisindi-RS, discutindo abertamente o tema em um jornal da categoria, contribuem sobremaneira para 'normalizar' o assunto, favorecendo o debate e a compreensão das pessoas sobre as nossas demandas. Não queremos convencer heterossexuais a serem gays. Queremos apenas vivenciar nossa sexualidade livremente. Não queremos a ditadura gay. Queremos a liberdade plurissexual."

ENTREVISTA

"A desaposentadoria poderia permitir um benefício maior ao trabalhador"

Ana Paula Faria, jornalista

De autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), o projeto de lei 91/10 permite a renúncia da aposentadoria, para recálculo do benefício, ao aposentado que tiver voltado à ativa. O advogado Daisson Portanova, especialista em Direito Previdenciário, professor de pós-graduação na PUC-RS, fala sobre o assunto.

O que é a desaposentadoria ou desaposentação?

Este instituto é dirigido aos segurados que retornam a atividade e estão obrigados a manter a contribuição previdenciária. A sua disseminação foi amplamente debatida depois da edição pelo Governo FHC de Lei Federal (nº 8.870/94) que revogou o pecúlio. Até a data da referida legislação, os valores contribuídos pelos segurados que retornavam à atividade laboral tinham o direito de obter a devolução destas contribuições corrigidas e acrescidas de juros. Com a ausência da devolução das contribuições e a inexistência de qualquer acréscimo nos benefícios dos segurados, os trabalhadores passaram a buscar o Poder Judiciário para obter a revisão do benefício originariamente concedida e recalculada a renda com os salários vertidos após a aposentadoria, tudo no sentido de obter uma renda mais favorável.

Quando começou a discussão para esta mudança e em que fase está?

A discussão relativa a desaposentação é construção doutrinária iniciada no final da década de 80, tendo como um dos principais mentores o Prof. Wladimir Martinez. Como até meados da década de 70 havia uma espécie de desaposentadoria, denominada "abono de retorno" a qual acrescia 5% para cada ano há mais de contribuição após aposentado, até o limite de 50%, foi construída uma hermenêutica tratando de ambas realidades, pouco utilizada até o início do ano de 2000 pois havia a restituição dos valores contribuídos, que era o pecúlio.

Isso já acontece em outros países?

Sim, alguns países, como a Espanha e Portugal, contemplam esse instituto, possibilitando aos trabalhadores já aposentados agregarem percentuais distintos de tempo em tempo em sua jubilação.

Creio que o projeto não pode ser visto isoladamente para dizer do impacto ou não nas contas da União

Já existem TRFs que se manifestaram favoravelmente à desaposentadoria. Acredita que isso dá forças para que o projeto de lei seja aprovado?

Os tribunais possuem distintas posições, tendo três posições majoritárias nos julgamentos: o primeiro entendimento é que para haver a desaposentação o segurado terá de devolver todos os valores recebidos à título de benefício; o segundo diz respeito a possibilidade de desaposentação sem que sejam devolvidos os valores pagos pela previdência e a terceira corrente é a que indefere a pretensão da desaposentação. Como há um posicionamento bastante eclético por parte do Judiciário, creio que não há qualquer interferência, positiva ou negativa, para que o projeto seja aprovado.

Acredita que haveria um impacto considerável nas contas da União com a aprovação?

Creio que o projeto não pode ser visto isoladamente para dizer do impacto ou não nas contas da União. Há uma sinalização de que o custeio da Seguridade Social tratada no título da Ordem Social na Constituição Federal é superavitário; portanto, analisando do ponto de vista do financiamento global da Seguridade Social, a qual envolve Assistência Social, Saúde e Previdência, não haveria qualquer dificuldade na administração dos recursos e distribuição deste superávit a fim de garantir a diminuição de desigualdades, estas referentes aos valores de aposentadorias. Outro aspecto é o que diz respeito aos valores contribuídos por este universo de trabalhadores que retornam ao trabalho, o que representa para o financiamento global, bem como a contribuição relativa ao empregador. Por fim, o projeto pode ter impacto mínimo, dependendo da negociação do governo e dos efeitos patrimoniais, pois a lei poderá prever a possibilidade de uma única desaposentação e sem direito a atrasados, portanto, o custo desta circunstância protegida seria mínimo.

Nossa luta são todas as lutas, todos os dias

O Sindisindi-RS encarou muitos desafios, mas também acumulou muitas conquistas nesse último ano. Vários foram os embates, políticos, sociais, econômicos, sindicais, e também muitas foram as vitórias. Aprendemos e experienciamos no dia a dia com a nossa categoria, nos atos públicos, nas manifestações, nas mesas de negociações, nos debates, nas conversas.

Conquistamos o Dia do Sindicatário. Com a alegria e o orgulho de quem tem reconhecido seu valor, comemoramos com uma grande festa. Sim, somos sindicatários, trabalhadores que vestem a camiseta porque lutamos a luta de todos os trabalhadores. Temos identidade e agora, depois de muita luta, tivemos o nosso dia reconhecido. O Estado do Rio Grande do Sul foi precursor, com o apoio do deputado Heitor Schuch (PSB), que também foi trabalhador em sindicato e o propositor do projeto que instituiu o Dia do Sindicatário no estado. Como disse Maria Odete Diogo dos Santos, diretora do Sindisindi: "Sabíamos, queríamos e lutamos para sermos respeitados como categoria, com nossos direitos".

Acreditamos nos direitos e nas liberdades civis, por isso participamos dos atos e das atividades que defendam estes direitos e lutem por igualdade. Foi assim quando nos fizemos presentes na luta pelo Estado laico, pois acreditamos na democracia e na liberdade de expressão, de todos os credos e também na liberdade daqueles que não os têm.

Realizamos uma rica discussão por ocasião do Dia Internacional da Mulher, quando tivemos a oportunidade de reunir mulheres de fibra que compartilharam suas experiências na luta pelos seus direitos.

E, como a velha máxima "casa de ferreiro, espeto de pau" é verdadeira, dentro dos sindicatos, onde poderia se imaginar que as relações de trabalho fossem mais saudáveis, não é isso que se constata. Os sindicalistas, nossos empregadores, deveriam ser os primeiros a repudiarem o assédio moral, mas não é o que acontece. Infelizmente, em muitos sindicatos vê-se um clima sistemático de perseguição, pressão acima dos limites e humilhação dos trabalhadores. Por isto, estamos sempre de olho para que o assédio moral seja combatido dentro dos sindicatos.

O Sindisindi-RS também estava presente nas lutas dos movimentos sociais, como durante o Fórum Social Temático, em 2012. Participamos com a exibição do filme Narradores de Javé, que trata de temas como história, memória, exclusão social, educação, saúde, meio ambiente e moradia.

Fotos Ana Paula Faria

Aniversário do Sindisindi-RS em 2012: um brinde coletivo a 23 anos de lutas

Novembro: sindicato promove debate sobre filme que discute trabalho do negro no Brasil

Alegria e confraternização: a festa de fim de ano do Sindisindi-RS é tradição na categoria

No sindicato, participamos ativamente de todas as atividades que discutam mecanismos que busquem proteger a saúde dos trabalhadores. Buscamos um ambiente de trabalho livre das lesões por esforços repetitivos, que não adoeça os trabalhadores e que tenha uma jornada de trabalho mais justa.

Temos consciência, e ela também é negra. No Dia da Consciência Negra, lembrado em 21 de novembro, exibimos o filme *Além de trabalhador, negro*, que provocou o debate acerca do preconceito que os negros ainda sofrem, apesar de já terem se passado 124 anos da abolição da escravatura.

Lutamos e continuaremos lutando pelo fim do fator previdenciário, fórmula perversa de calcular a aposentadoria que diminui em até 40% os vencimentos de uma pessoa que se aposenta. Muitas foram as atividades, os atos públicos e os debates sobre o tema. Realizamos um painel sobre *Previdência Social e aposentadoria*, com a advogada Alda Regina Lima, que reuniu sindicalizados e convidados que buscaram esclarecimentos para suas dúvidas sobre o tema.

Nos 23 anos do Sindisindi-RS, em agosto de 2012, a comemoração foi feita com o lançamento do site novo, que veio para servir de ferramenta de informação aos sindicatários, tanto com assuntos relacionados diretamente à categoria quanto com temas importantes para a sociedade em geral, com uma nova interface, mais direta, intuitiva, moderna e interativa. E também mostramos que somos bons de festa e de animação. Nossas confraternizações são exemplos de alto astral, com grande participação dos sindicalizados.

Mas isso tudo só acontece porque temos a participação da categoria e esperamos que ela seja cada vez mais próxima e colaborativa. Porque somente somos fortes e conquistamos se estamos juntos. Muitas foram as lutas, mas não cansamos. E podemos continuar reafirmando: "Nossa luta são todas as lutas".

Sintrajufe: quase 100% de sindicalização ao Sindisindi-RS

O sindicato em destaque nesta edição é o Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no RS (Sintrajufe). Sindicato com 28 funcionários, sendo 27 sindicalizados ao Sindisindi-RS, esses sindicatários atendem quase 5 mil servidores sindicalizados ao Sintrajufe, espalhados pelo Rio Grande do Sul.

O Sintrajufe completa 15 anos em 2013, mas tem sindicalizadas com mais do que este tempo de casa. Estranho, né? Mas facilmente explicável. O sindicato, que hoje reúne todo o Judiciário Federal, no passado era todo compartimentado. Tinha um sindicato da Justiça do Trabalho, um da Justiça Federal e outro da Justiça Eleitoral.

Pois uma das funcionárias mais antigas, Etel Golbert, já é trabalhadora do Sintrajufe, oriunda do sindicato da Justiça Federal, desde 1995; filiou-se ao Sindisindi no mesmo ano. Antes, já havia se filiado quando trabalhara no Sindicato dos Bancários. Etel foi suplente da diretoria do Sindisindi de 1995 até 1998. Para ela, é importante que todos os trabalhadores tenham a consciência de serem sindicalizados aos seus sindicatos de base. "A unidade da categoria é necessária para se ter conquistas", afirma. Ela aponta como diferencial dos sindicatários o fato de serem trabalhadores de sindicatos de trabalhadores, de terem como empregadores entidades de classe. "Estamos em todo o estado e nossa organização sindical fica mais difícil. Mas com a centralização em um sindicato facilita o encaminhamento das demandas e também propicia que minimamente se tenha uma pauta". Na opinião da colega, o sindicato também é importante no momento da negociação coletiva, pois negociar diretamente com o patrão traz muito desgaste para os trabalhadores da entidade e, tendo o sindicato como negociador, as demandas não ficam pessoalizadas.

Teresa participa de quase todas as atividades do sindicato e diz que se sente mais informada

Rosane Vargas

Teresa Moretti é sindicalizada há três anos. Teresa é uma sindicalizada alegre e ativa. Se tem festa, a Teresinha, como é conhecida pelos colegas, está lá. Se tem debate ou atividade de formação, ela sempre procura participar. Em entrevista ao *Sindicatário*, a colega disse que, para ela, o Sindisindi-RS significa mais do que um negociador de salário, mas conhecimento. A partir dos debates, dos eventos, conta Teresinha "passei a conhecer mais, ter mais informação, leio, o sindicato não são só os benefícios, mas esse retorno de esclarecer outras coisas, trazer mais conhecimento para a vida da gente", explica. Ela conta que os diretores prestam esclarecimentos sobre vários assuntos e que o Sindisindi-RS a faz sentir pertencente, de fato, a um grupo.

Alguns dados

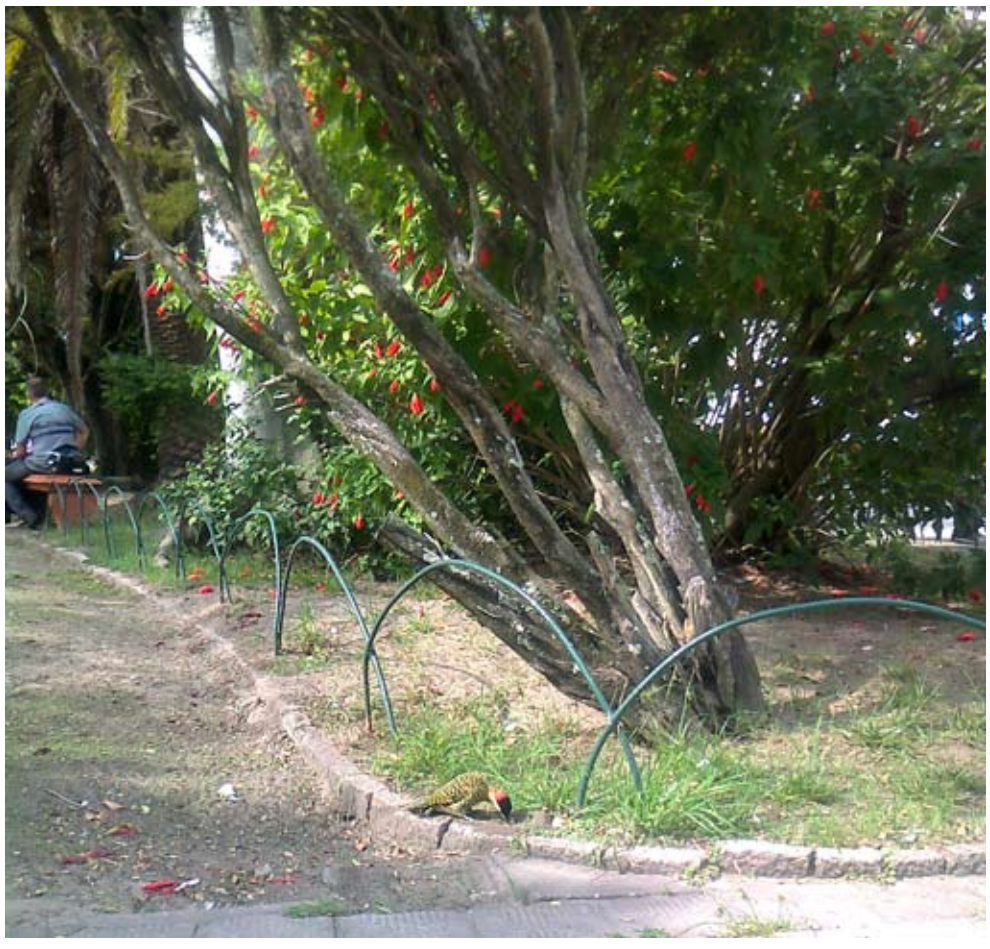
- Total de funcionários: 28
- Filiados ao Sindisindi-RS: 27

SEU ESPAÇO

Esta foto foi tirada em na Praça Xavier Ferreira, em Rio Grande.

Ela mostra um pica-pau distraído, alheio aos barulhos da cidade.

Meu nome é Maria de Fátima Maier e trabalho no Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Portuário de Rio Grande.



Para participar deste espaço, que é seu, basta mandar textos (crônica, poema, conto), fotografias ou ilustrações (charge, cartum, etc.) para faleconosco@sindisindirs.org.br. É preciso ser sindicalizado.